



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### CONCLUSÃO

Em 25/07/2014 17:20:00, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr. Paulo César Scanavez.  
 Eu, \_\_\_\_\_, Escr., subscrevi.

### SENTENÇA

Processo nº: **0020353-95.2012.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **Regian Vale da Silva**  
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Regian Vale da Silva** move ação em face de **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro DPVAT**, dizendo que em 09.07.2006 foi vítima de acidente de trânsito quando conduzia sua motocicleta pela Avenida Theodoro de Camargo. Ficou gravemente ferido, com fratura exposta do fêmur, tíbia e punho esquerdo, tendo se submetido à cirurgia reparadora, resultando-lhe incapacidade para as atividades habituais por mais de 30 dias, com debilidade de membro, sentido e função. Recebeu do Seguro Obrigatório DPVAT apenas R\$ 2.700,00, sob a alegação de que o seu comprometimento patrimonial físico foi de 27,50% e o comprometimento corporal estético foi de 25%, causando-lhe prejuízo de 52,50% de sua capacidade. Faz jus ao recebimento desse percentual sobre 40 salários mínimos, descontando-se os R\$ 2.500,00, tendo pois a diferença a receber da ordem de R\$ 4.800,00, com os acréscimos legais. Documentos às fls. 10/22.

A ré foi citada e contestou às fls. 28/37 alegando ter havido prescrição trienal. Houve pagamento integral da indenização e a quitação impede o exercício da pretensão inicial. Há vedação de vinculação da indenização ao salário mínimo. Caso o pedido inicial seja julgado procedente, aplicável a Súmula 426, do STJ e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, enquanto os honorários advocatícios não podem ultrapassar 10% do valor da condenação. Improcede a ação. Documentos às fls. 38/55.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Réplica às fls. 58/63. Debalde a tentativa de conciliação: fl. 99. Documentos às fls. 118/146. Laudo pericial às fls. 162/166. Às fls. 170/173 e 175/176, 180/181 e 183/185 as partes reiteraram s seus anteriores pronunciamentos.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

Incontroverso que o autor foi vítima de acidente de trânsito quando conduzia sua motocicleta pela Avenida Theodoreto de Camargo, conforme o Boletim de Ocorrência de fls. 10/11.

O laudo do IML consta de fl. 12. Em 31.05.2011, o IMESC apresentou o laudo definitivo dos danos físicos que aludido acidente causou ao autor, exame esse realizado por determinação judicial no feito nº 1573/08, 4ª Vara Cível local. Foi elaborado em 31.05.2011 e desde então o autor tomou conhecimento das conclusões lançadas às fls. 15/16 dando conta de que "em analogia à Tabela de Indenizações da SUSEP, estima-se um comprometimento patrimonial físico de 27,50% e em função das cicatrizes dos ferimentos apresentados estima-se um comprometimento corporal estético de cerca de 25%".

Apesar da ré ter pago ao autor por conta dos danos a quantia de R\$ 2.700,00 em 09.02.2011 (fl. 13), esse pagamento se deu em percentual inferior àqueles especificados no exame médico pericial judicial.

O laudo judicial submetido ao crivo do contraditório surgiu depois do pagamento de fl. 13. A ação foi proposta em 01.10.2012, portanto, não ocorreu a prescrição trienal para o exercício da pretensão deduzida na inicial. A real dimensão dos danos físicos para o autor só foi conhecida, em definitivo, depois do exame pericial médico judicial do IMESC acima referido.

O exame pericial médico de fls. 162/166 reconheceu que o autor experimentou perda funcional do joelho da ordem de 12,50%, perda funcional do membro inferior da ordem de 25%, totalizando 37,50%. No item 5 de fl. 165 o perito detectou que a perda para o membro inferior, pela limitação articular do joelho, compreendendo deformidade e encurtamento, foi em grau moderado da ordem de 50%. Na conclusão (item 6 de fl. 165) houve erro material ao se referir a essa perda como sendo da ordem de 35% (50% de 70%). Prevalece o percentual próprio do grau moderado da perda, especificado no capítulo da discussão.

Impõe-se à espécie a aplicação da Súmula 474, do STJ: "A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

invalidez". O valor máximo é de R\$ 13.500,00.

Os 37,50% sobre R\$ 13.500,00 equivale a R\$ 5.062,50. O cálculo de fl. 176 está equivocado. Os R\$ 5.062,50 sofrerão reajuste monetário desde a data da Lei 11.482/07, para preservar o seu poder aquisitivo no curso do tempo, eliminando assim o risco do aviltamento provocado pelo processo inflacionário, ainda presente em nossa economia. O pagamento parcial (R\$ 2.700,00) ocorreu em 09.02.2011 (fl. 13), valor a ser deduzido quando da operação aritmética prevista no art. 475-B, do CPC. Os juros de mora de 1% ao mês são devidos a partir da citação.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor R\$ 5.062,50, com correção monetária desde a data da publicação da Lei 11.482/07, deduzindo-se o valor de R\$ 2.700,00 pago em 09.02.2011, incidindo sobre a diferença e a partir da citação juros de mora de 1% ao mês. A correção monetária continuará sendo devida até a data do efetivo pagamento, à semelhança dos juros moratórios. Condeno a ré a pagar ao autor 15% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação, custas do processo e o valor da perícia médica ao IMESC, obedecendo à Tabela expedida por este, valor a ser identificado nos moldes previstos no art. 475-B, do CPC. Depois do trânsito em julgado, o autor apresentará o requerimento da execução nos termos do art. 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias, após o que intime-se a ré para pagar o débito exequendo em 15 dias, sob pena de multa de 10%, advertindo-a de que depois desse prazo, caso não haja pagamento, também incidirão honorários advocatícios e custas do processo. Decorrido o prazo legal sem pagamento, abra-se vista ao autor para indicar bens da ré aptos à penhora.

P.R.I.

São Carlos, 28 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**